

Termo de Referência 86/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
86/2025	158137-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	BRIZA PAULA DE OLIVEIRA	08/05/2025 09:12 (v 8.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	8/2025	23344.000262.2025-45

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes

(Processo Administrativo nº 23344.000262.2025-45)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Aquisição de rações e suplementos minerais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO R\$		PEDIDO MÍNIMO POR REQUISIÇÃO
					UNITÁRIO	TOTAL	
1	Ração suíno PRÉ-INICIAL para leitões (peletizada) com idade entre 7 e 35 dias, mínimo 19% de proteína bruta, 3.300 Kcal de ED/KG, composta mínima 20% de produtos lácteos, alta digestibilidade, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 7%, fibra bruta	293788	Saca com 40 Kg	50	320,00	16.000,00	5 sacas

	máxima 6%, cálcio máximo 1,3%, fósforo mínimo 0,4%. Fornecido em saca de 40 kg.						
2	Ração INICIAL II para LEITÕES com idade entre 50 e 70 dias, mínimo 18% de proteína bruta, 3.200 Kcal de ED/KG, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 7,5%, fibra bruta máxima 6%, cálcio máximo 1,4%, fósforo mínimo 0,3% (saca de 40 kg).	233945	Saca com 40 Kg	350	136,41	47.743,50	35 sacas
3	Ração para suíno em RECRIA com idade entre 71 e 110 dias, mínimo 15% de proteína bruta, 3.200 Kcal de ED/KG, contendo ainda vermífugo de largo espectro e promotor de crescimento, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 7%, fibra bruta máxima 5,5%, cálcio máximo 1,3%, fósforo mínimo 0,25% (saca de 40 kg).	294176	Saca com 40 Kg	500	139,77	69.885,00	50 sacas
4	Ração para suíno em TERMINAÇÃO, mínimo 14% de proteína bruta, 2.900 Kcal de ED/KG, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 6,5%, fibra bruta máxima 6%, cálcio máximo 1,3%, fósforo mínimo 0,2%. Fornecido em saca de 40 kg. Idem ao item 5 - Cota Principal (Participação ampla)	233944	Saca com 40 Kg	600	128,02	76.812,00	80 sacas
5	Ração para suíno em TERMINAÇÃO, mínimo 14% de proteína bruta, 2.900 Kcal de ED/KG, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 6,5%, fibra bruta máxima 6%, cálcio máximo 1,3%, fósforo mínimo 0,2%. Fornecido em saca de 40 kg. Idem ao item 4 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%	233944	Saca com 40 Kg	200	128,02	25.604,00	80 sacas
	Ração suíno para porcas em GESTAÇÃO, mínimo 18% de proteína bruta, 2.900 Kcal de ED/KG, extrato etéreo mínimo		Saca com				

6	2,5%, matéria mineral máximo 10%, fibra bruta máxima 7%, cálcio máximo 1,6%, fósforo mínimo 0,25% (saca de 40 kg)	233943	40 Kg	700	92,00	64.400,00	70 sacas
7	Ração suíno para porcas em LACTAÇÃO, mínimo 15% de proteína bruta, 3.100 Kcal de ED/KG, extrato etéreo mínimo 2,5%, matéria mineral máximo 9%, fibra bruta máxima 7%, cálcio máximo 1,6%, fósforo mínimo 0,25% (saca de 40 kg) .	233943	Saca com 40 Kg	400	134,02	53.608,00	40 sacas
8	Ração peletizada para COELHO, (crescimento e manutenção) mínimo 15% de proteína bruta, umidade máxima 12%, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 15%, fibra bruta máxima 12%; cálcio máximo 1,40%, fósforo mínimo 0,45%, FDN máximo 35%, com palatilizante. Fornecido em saca de 40 kg.	324798	Saca com 40 Kg	50	137,87	6.893,50	5 sacas
9	Ração farelada para AVES POEDEIRAS em produção, mínimo 17% de proteína bruta, E.M. Kcal 2.900, cálcio máximo 6%, umidade máxima 12%, fósforo mínimo 0,4%, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 17% (saca de 40 kg) . Idem ao item 10 - Cota Principal (Participação ampla)	218097	Saca com 40 Kg	975	135,11	131.732,25	130 sacas
10	Ração farelada para AVES POEDEIRAS em produção, mínimo 17% de proteína bruta, E.M. Kcal 2.900, cálcio máximo 6%, umidade máxima 12%, fósforo mínimo 0,4%, extrato etéreo mínimo 2%, matéria mineral máximo 17% (saca de 40 kg) . Idem ao item 9 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%	218097	Saca com 40 Kg	325	135,11	43.910,75	130 sacas
11	Ração balanceada completa para VACAS EM LACTAÇÃO de média a alta produção, com no mínimo 24% de PROTEÍNA BRUTA (PB) e alta energia. A ração deve ser enriquecida com minerais e vitaminas adequados para vacas em	246047	Saca com 40 Kg	1.365	125,34	171.089,10	182 sacas

	LACTAÇÃO. Forma física: farelada. Saca: 40 kg. Idem ao item 12 - Cota Principal (Participação ampla)						
12	Ração balanceada completa para VACAS EM LACTAÇÃO de média a alta produção, com no mínimo 24% de PROTEÍNA BRUTA (PB) e alta energia. A ração deve ser enriquecida com minerais e vitaminas adequados para vacas em LACTAÇÃO. Forma física: farelada. Saca: 40 kg. Idem ao item 11 - Cota Reservada para ME/EPP em 25%	246047	Saca com 40 Kg	455	125,34	57.029,70	182 sacas
13	Ração balanceada completa para VACAS SECAS, no pré-parto, com no mínimo 18 % PB e NDT entre 65 a 70%, equilíbrio mineral, com presença de minerais aniônicos e inclusão de vitaminas em quantidades adequadas para essa categoria animal. Forma física: farelada. Saca: 40 kg.	374184	Saca com 40 Kg	520	142,58	74.141,60	52 sacas
14	Ração para BEZERRAS LACTENTES, com no mínimo 18% PB, NDT entre 65 a 70%, enriquecida com minerais e vitaminas adequados para a categoria animal em questão. Forma física: peletizada. Saca: 40 kg.	232096	Saca com 40 Kg	208	137,44	28.587,52	20 sacas
15	Suplemento mineral pronto para uso, formulado com minerais quelatados, cromo orgânico, vitaminas A, D, E e Niacina, destinado a suplementação dos bovinos de leite (bezerras, novilhas, vacas secas e vacas em lactação). Níveis de garantia: fósforo: 90 g/kg (min) – 100 g/kg (máx.), cálcio: 170 g/kg (min.) - 210 g/kg(máx.), sódio: 60 g/kg(min.) - 100 g/kg(máx.),magnésio: 15 g/kg, enxofre: 15 g/kg, potássio: 8 g/kg, cobalto: 45 mg/kg(min.) - 48 mg/kg(máx.), cobre: 1340 mg/kg, iodo: 90 mg/kg, manganês: 2010 mg/kg, selênio: 30 mg/kg, zinco: 4920 mg/kg, ferro: 480 mg/kg, cromo: 11 mg/kg(min.) - 14 mg	328032	Kg	6.000	6,13	36.780,00	20 sacas

	/kg(máx.), vitamina A: 1.000.000 UI/kg, vitamina D3: 10.000 UI/kg, vitamina E: 1.000 UI/kg, flúor(máx.): 900 mg/kg, niacina: 595 mg/kg. Fornecido em saca de 25 kg ou 30 kg.						
16	Sal branco iodado para uso na alimentação de bovinos de leite, tanto na forma de lambedura quanto no preparo de rações e suplementos. Forma física: moída. Fornecido em saca de 25 kg.	216914	Saca com 25 kg	40	36,25	1.450,00	4 sacas
17	Ração Bovina para NOVILHO DE CORTE, mínimo 18% de proteína bruta, extrato etéreo mínimo de 1,5%, matéria mineral máximo 16%, fibra bruta máxima 18%, cálcio máximo 2%, fósforo mínimo 0,7%, FDA máximo 10%, FDN máximo 25% (saca 40 kg).	233786	Saca com 40 Kg	350	101,81	35.633,50	35 sacas
18	Suplemento Mineral para NOVILHO DE CORTE, pronto para uso. Níveis de garantia: cálcio-100g; fósforo-40 g; cobalto- 80 mg; cobre-1 g;- enxofre – 12 g; ferro – 1,5 g; iodo-100mg; magnésio-5 mg; manganês – 1 g; selênio – 5 mg; zinco – 2 g por quilograma do produto. (saca contendo 25Kg).	444890	Saca com 25 Kg	120	101,29	12.154,80	12 sacas
19	Ração para peixes extrusada. Aplicação: ALEVINOS. Mínimo de 40 % de proteína bruta. Forma física: Em Pó. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embalados em sacas de 20 kg ou 25 kg.	482527	Kg	100	8,74	874,00	1 saca
20	Ração para peixes extrusada. Aplicação: Alevinos. Mínimo de 36 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 2 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embalados em sacas de 20 kg ou 25 kg	298907	Kg	100	6,27	627,00	1 saca
	Ração para peixes extrusada.						

21	Aplicação: Criação de peixes. Mínimo de 32 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 3 a 4 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embalados em sacas de 20 kg ou 25 kg.	232102	Kg	500	5,11	2.555,00	2 sacas
22	Ração para peixes extrusada. Aplicação: Criação de Peixes. Mínimo de 28 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 4 a 6 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embalados em sacas de 20 kg, 25 kg ou 30 kg.	232103	Kg	900	3,25	2.925,00	3 sacas
23	Ração para peixes extrusada. Aplicação: Criação de peixes. Mínimo de 28 % de proteína bruta. Forma física: Pelete 6 a 8 mm. Enriquecidas com suplementos minerais e vitamínicos adequados para a criação de tilápias. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embalados em sacas de 20 kg ou 25 kg.	296260	Kg	5.000	3,90	19.500,00	20 sacas
24	Ração para EQUINOS, peletizada e multi-partícula para equinos a partir de 18 meses de idade expostos a trabalho leve. Ração com alta digestibilidade e palatabilidade. Alimentos básicos que deverão ser utilizados no balanceamento das rações: mínimo 12% de proteína bruta, mínimo 3,5 % de extrato etéreo, com inclusão de óleo vegetal, minerais, minerais orgânicos (zinco, cobre e selênio), probiótico e vitaminas (A, D e E), biotina (fortalecimento dos cascos) e aminoácidos essenciais como a lisina, enriquecida com minerais e	319922	Saca com 40 Kg	140	120,14	16.819,60	14 sacas

	vitaminas adequados para a categoria animal em questão. Fornecido do saca de 40 kg.						
25	Suplemento Mineral Concentrado para Equinos vitaminado com fósforo (mínimo 80g) enriquecido com vitaminas A, D, E. Desenvolvido para atender as necessidades nutricionais de minerais e vitaminas dos eqüinos. Apresentação em sacos. O produto deve estar de acordo com as normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	453378	Kg	220	5,85	1.287,00	1 saca
Valor Total Estimado R\$						998.042,82	

(*) Estimativa inicial realizada pelo setor demandante extraído do DFD nº 25/2024 - UASG 158137.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes neste artefato (planilha acima), prevalecerão as últimas.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade, bem como características usualmente encontradas no mercado. Estes bens podem ser objetivamente definidos pelo Edital, com especificações e características descritas no Termo de Referência. Os licitantes, de posse dessas informações, podem cotar preços oferecendo itens que já se encontram disponíveis de forma padronizada no mercado atual. Em função dessas características, estes bens podem ser comercializados por processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, conforme os incisos XIII e XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.6. O instrumento hábil que substitua o contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. A cada requisição estima-se que a Administração solicitará, no mínimo, os quantitativos indicados na tabela acima no campo "pedido mínimo por requisição", exceto quando o remanescente do quantitativo do item não atingir o quantitativo mínimo, hipótese que caracterizará último fornecimento da contratada do respectivo item, podendo ser qualquer quantidade.

1.7.1. A previsão disposta acima tem como objetivo indicar as capacidades que os licitantes devem possuir para atendimento da demanda, uma vez que, para a entrega, é necessário que os licitantes considerem todos os custos envolvidos no preço de cada item.

1.8. Os licitantes deverão utilizar a Unidade de Medida descrita na tabela acima para fins de cálculo do valor de sua proposta. Os produtos deverão ser fornecidos conforme as embalagens mencionadas nas especificações de cada item. Não serão aceitas propostas com unidade de medida diversa ou com unidade de fornecimento diferente das exigidas na especificação dos itens.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares Digital nº 8/2025, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10648539000105-0-000001/2025

II) Data de publicação no PNCP: 14/03/2024

III) Id do item no PCA: 143 ao 164

IV) Classe/Grupo: 8710 - FORRAGENS E ALIMENTOS e 8950 - CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS

V) Identificador da Futura Contratação: 158137-8/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares Digital nº 8/2025, apêndice I deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os produtos fornecidos devem estar de acordo com as normas técnicas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em especial com a Instrução Normativa nº 4, de 23 de fevereiro de 2007.

Sustentabilidade

4.2. Não foram encontrados requisitos aplicáveis a esta contratação no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Consultoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, devido a sua baixa complexidade. Além disso, o pagamento será realizado somente após o recebimento definitivo do objeto.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **30 (trinta)** dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. A entrega deverá ocorrer em dia útil, de segunda a sexta-feira, das 7h às 10h30 ou das 13h às 16h30 na Fazenda escola do Campus Inconfidentes, localizada no Bairro Escritório Velho, zona rural, CEP 37.576-000, Município de Inconfidentes, MG (aproximadamente 1,5 km do centro da cidade de Inconfidentes (Praça Tiradentes)).

5.4. O contratado deverá depositar o objeto no local a ser indicado pelo servidor responsável pelo recebimento provisório.

5.5. A entrega correrá totalmente às expensas do contratado, inclusive será de sua responsabilidade providenciar pessoal e equipamentos necessários para descarga e colocação do objeto no local indicado pelo recebedor dos materiais.

5.6. O transporte e embalagens de armazenamento dos objetos deverão estar de acordo com as normas vigentes.

Garantia

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Sempre que as características do objeto indicarem que os requisitos mínimos de utilidade, resistência e qualidade não estão sendo atendidos, o contratante poderá recolher amostras do

material recebido e realizar testes nos laboratórios da própria instituição, solicitar auxílio a agentes, entidades, institutos, órgãos competentes, etc., para análise de qualidade, compatibilidade, autenticidade e outros que se fizerem necessários.

5.8.1. Esse procedimento é excepcional e poderá ser adotado para usufruir da garantia a ser assegurada pelo fornecedor ou pelo fabricante;

5.8.2. Quando nessa análise forem constatadas falhas de responsabilidade do fornecedor, as despesas com esse procedimento serão exclusivamente de sua responsabilidade.

Prazo de validade dos produtos

5.9. Na data da entrega, o prazo de validade dos produtos não poderá ter transcorrido mais de vinte por cento do prazo de validade indicado pelo fabricante.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.4. A execução do instrumento equivalente ao contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo setor requisitante, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.5. Não se aplica ao objeto desta licitação, devido ser emitida apenas Nota de Empenho - NE para o fornecedor, após a finalização do pregão SRP que resultará em uma Ata de Registro de Preço.

Fiscalização Administrativa

6.6. Não se aplica ao objeto desta licitação, devido ser emitida apenas Nota de Empenho - NE para o fornecedor, após a finalização do pregão SRP que resultará em uma Ata de Registro de Preço.

Gestor do Contrato

6.7. Não se aplica ao objeto desta licitação, devido ser emitida apenas Nota de Empenho - NE para o fornecedor, após a finalização do pregão SRP que resultará em uma Ata de Registro de Preço.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 7.1., sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 7.1., bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 7.1., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d” do subitem 7.1., de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 7.1. de 25% do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 7.1., de 20% do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b” do subitem 7.1., de 10% do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d” do subitem 7.1., de 10% do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a” do subitem 7.1., de 2% do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela

aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pela área requisitante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1. Neste caso, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades verificadas.

8.2.2. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor.

8.2.3. O contratante não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação.

8.2.3.1. Após dez dias de atraso, contados da data fixada no subitem acima, sem que o material recusado tenha sido retirado, será considerado abandono por parte do fornecedor, podendo a Administração dar-lhes a destinação que julgar conveniente.

8.2.4. Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los. Será dispensado o referido Termo de Recolhimento, quando o material recusado for retirado por quem venha entregar os materiais que substituirão os primeiros, salvo por manifestação contrária, formal, do fornecedor.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 2 (dois) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto da licitação.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. a data da emissão;

8.11.2. os dados da Nota de Empenho e do órgão contratante;

8.11.3. o valor a pagar; e

8.11.4. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.26. Não se aplica ao objeto desta licitação.

Cessão de crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação /contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação.

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 998.042,82 (novecentos e noventa e oito mil quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no subitem item 1.1.

10.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do instrumento equivalente ao contrato.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Inconfidentes, 7 de maio de 2025.

Giuliano Manoel Ribeiro do Vale

(requisitante do objeto licitado)

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de três dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

14. 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência.

15. 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6. Observar a Instrução Normativa nº 04, de 23 de fevereiro de 2007, do MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO que aprova o Regulamento técnico sobre as condições higiênicas sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos fabricantes de produtos destinados à alimentação animal;

4.1.7. Efetuar testes e demais provas exigidas por normas técnicas e oficiais, quando solicitados, para o efetivo fornecimento dos produtos sem qualquer ônus para o IFSULDEMINAS - Campus Inconfidentes.

4.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.8.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.8.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

- 4.1.10. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.12. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 4.1.13. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.18. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.19. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.20. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4.1.21. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.22. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

17. 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. 6. DOS CASOS OMISSOS

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. 7. ALTERAÇÕES

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.3. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. 8. FORO

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Minas Gerais, Seção Judiciária de Pouso Alegre /MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

21. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº 90401/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543,](#)

[de 13 de novembro de 2020.](#)

GIULIANO MANOEL RIBEIRO DO VALE

Requisitante



Assinou eletronicamente em 08/05/2025 às 09:06:41.

Despacho: Aprovo

FERNANDO DA SILVA BARBOSA

Diretor-geral substituto



Assinou eletronicamente em 07/05/2025 às 19:24:21.